

Opinião MCM

Edição 15 – quinta-feira, 15 de abril de 2021

O tempo passa, etc, etc...

Permanece o impasse em torno da aprovação final do orçamento federal para este ano e, a esta altura, não se deve descartar nem a hipótese de que o problema acabe sendo resolvido pela mera sanção automática da peça orçamentária no próximo dia 22, data final para o término do processo.

De acordo com o noticiário, o governo parece inclinado a aprovar o orçamento com alguns vetos, solicitar ao Congresso a alteração da meta de saldo primário para este ano, encaminhar um projeto de lei para fazer alterações no orçamento --- como o recálculo das dotações para algumas das despesas obrigatórias e a eliminação da regra que obriga a compensação financeira de eventuais créditos extraordinários --- e abrir espaço para novas despesas emergenciais justamente através de um crédito extraordinário.

Porém, a ideia de se aprovar uma nova espécie de PEC emergencial, para conter um volume pré-definido de gastos extraordinários com saúde e medidas de combate à crise, parece não ter sido ainda abandonada, ao menos pelo Ministério da Economia. E assim, em meio a idas e vindas, balões de ensaio e múltiplos ruídos, desencontros e “jabutis nas árvores”, o tempo passa, a crise avança, o governo já está entregando o PLDO de 2022 e é até possível afirmar, com uma pitada de exagero, que nunca antes neste país o orçamento federal levou tanto tempo para ser aprovado.

Muito pior do que este vergonhoso recorde, no entanto, é o fato de que a lentidão deste processo atrasa a adoção de medidas emergenciais, como uma nova versão do programa para manutenção do emprego e da renda e a extensão do programa de apoio ao crédito para pequenas e médias empresas, o que penaliza grande quantidade de trabalhadores e empresários que continuam a depender fortemente da ajuda governamental.

Pior também do que o recorde é a constatação de que o Ministério da Economia continua a ser incapaz, tanto de formular soluções --- desafiadoras, é verdade --- que atendam os parâmetros de sustentabilidade fiscal e, ao mesmo tempo, os interesses políticos e as idiosincrasias de Bolsonaro e das lideranças do Congresso, como de controlar as negociações entre o Governo e o Parlamento, visando ao menos minimizar os riscos de aparecimento de “soluções” esdrúxulas para os problemas fiscais e de enfraquecimento da própria equipe econômica.

Também é muito pior do que o recorde o fato de que o Teto de Gastos continua a ser recorrentemente ameaçado. Vale sempre lembrar que o teto foi criado, essencialmente, para induzir as lideranças políticas a definirem as prioridades do gasto público no país e a buscarem meios para melhorar a eficiência deste gasto. Como isso ainda não foi feito, não é hora de se discutir por quanto tempo o teto será sustentável, nem qual seria a melhor fórmula para ajuste anual do valor do teto. A prioridade deveria continuar a ser o debate sobre prioridades e eficiência do gasto público, especialmente diante da imensa crise que afeta o país.

Lamentavelmente, no entanto, caminha-se na direção contrária. A despeito da crise, lideranças políticas do Governo e do Congresso promovem uma significativa ampliação do volume de emendas parlamentares no orçamento, tornando-o inexecutável. A despeito da crise, inexistente disposição do Governo e do Congresso para reduzir, ao menos temporariamente, parte das demais despesas obrigatórias da União, que totalizaram cerca de R\$ 200 bilhões em 2019. A despeito da crise, falta em Brasília interesse em aprovar uma reforma administrativa que elimine privilégios, recebidos por parte do funcionalismo público, que são insustentáveis em um país com tanta desigualdade e miséria, escancaradas pela pandemia com mais clareza ainda.

Assim, enquanto as lideranças políticas em Brasília gastam os seus dias na busca por uma solução que apenas acomode o contínuo empilhamento de despesas com a manutenção formal do teto de gastos, o tempo passa, pouca ajuda chega a quem precisa, o cenário fiscal permanece incerto, as condições financeiras seguem sob pressão e as perspectivas para a economia continuam a piorar.



Produzido pela MCM Consultores Associados exclusivamente para clientes. 2021. Reprodução Proibida.

Tel: (011) 4380-7700. Site: mcmconsultores.com.br e-mail economia@mcmconsultores.com.br